



68

O Angkar tem Sempre Razão

Muitos anos depois do fim do pesadelo e do derrube do regime de Pol Pot pelos vietnamitas, um quadro do Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia — isto é, um quadro de um instituto que deve produzir estudos sobre a nossa segurança colectiva — lhe garantira que os Khmer Vermelhos não tinham feito mal a uma mosca.

Mais de três décadas depois, o que se passou no Camboja ainda escapa à nossa compreensão. Entre Abril de 1975 e Janeiro de 1979, o regime dos Khmer Vermelhos dizimou mais de um quinto da população. Morreram entre 1,5 e 2 milhões de seres humanos, a maior parte dos quais de fome, doença ou exaustão total. Milhares foram executados, mas muitos dos que não sobreviveram ao curto período em que os seguidores de Pol Pot foram donos e senhores de Phnom Penh não estavam destinados a morrer, como sucedeu nos outros genocídios do século xx. Não eram judeus às mãos dos nazis, não eram tutsis às mãos dos hutus, ou vice-versa, não eram arménios que viviam nas zonas «erradas» da Anatólia. A maior parte eram apenas seres humanos apanhados na engrenagem da mais desvairada empreitada de engenharia social alguma vez realizada.

Denise Affonço, que sobreviveu para contar, estava até entre os que, em Abril de 1975, tinham acolhido com uma sensação de alívio a chegada do exército revolucionário a Phnom Penh, onde vivia com o marido, um entusiasta que acreditava piamente que chegara a hora da libertação, e os filhos. Podia ter fugido, pois

a Embaixada de França, onde trabalhava, preparara a saída de todos os cidadãos franceses e ela, filha de um francês de ascendência portuguesa, era francesa. Estaria a paz por fim a chegar depois do pesadelo de décadas de conflito na Indochina?

A sua ilusão durou poucas horas. Mesmo com um marido que a acalmava e lhe dizia para seguir ordeiramente as instruções daqueles jovens, quase adolescentes, que de forma ríspida os mandavam sair de casa e abandonar a cidade, Denise presentiu o pesadelo. Só que estava longe de imaginar o que viria depois e obedeceu.

O relato desta sobrevivente é, sem dúvida, um arrepiante mergulho «no inferno dos Khmer Vermelhos» — e, também, mais um testemunho sobre como os seres humanos se transfiguram em situações-limite, nuns vindo à tona o lado mais sombrio da sua natureza, noutros revelando-se uma humanidade que, por vezes, se julga perdida para sempre. Mais do que antecipar as memórias desta mãe que não esqueceu, desta mulher que quis relatar o que viveu para que todos o soubessem, há dois temas, que permanecem actuais e sem uma resposta definitiva, sobre os quais vale a pena reflectir.

O primeiro é o de saber como foi possível, melhor, o de



tentar perceber o tipo de mecanismos mentais e ideológicos que levaram Pol Pot e os seus seguidores a promoverem um genocídio sem paralelo – e de nunca se terem mostrado arrependidos.

O segundo é o de tentar perceber como tudo o que fizeram pôde ser apoiado durante tanto tempo por intelectuais e jornalistas deslumbrados com a audácia daquela «experiência utópica e radical de transformação social».

É mais fácil encontrar respostas para a segunda pergunta, pois é conhecido o fascínio de muitos intelectuais por tudo o que se apresente como uma utopia «progressista». Um mundo perfeito, igualitário, onde tudo decorra de acordo com planos igualmente perfeitos, concebidos por líderes inspirados pelos mais nobres desígnios, sempre atraiu os que acreditam poder antecipar o «sentido da história».

Numa entrevista a uma rádio francesa, Denise Affonço recorreu, magoa-da, como mesmo muitos anos depois do fim do pesadelo e do derrube do regime de Pol Pot pelos vietnamitas, um quadro do Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia – isto é, um quadro de um instituto que deve produzir estudos sobre a nossa segurança colectiva – lhe garantiu que os Khmer Vermelhos não tinham feito mal a uma mosca. Ela tinha vivido durante mais de três anos o pesadelo dos campos onde se morria lentamente, mas ele, o académico, julgava-se dono da verdade e garantia-lhe que, durante uma visita a Ph nom Penh em 1978, só vira gente feliz. Sim: gente feliz como a que Estaline mostrava aos intelectuais amigos que visitavam Moscovo, gente feliz como a que preenchia as páginas das revistas chinesas durante a Revolução Cultural, gente feliz como a que os delegados da Cruz Vermelha também encontravam quando visitavam Terezin (ou Theresienstadt), o campo de concentração «modelo» que os nazis utilizavam para mostrar aos inspetores da Cruz Vermelha.

A cegueira desses intelectuais – ou de jornalistas que ainda na década de 1990 garantiam que as valas comuns que então estavam a ser descobertas eram de vítimas dos vietnamitas e não dos homens de Pol Pot – não resulta de qualquer defeito específico, antes da crença ilimitada na razão, ou na Razão, como preferem escrever, de onde deriva a convicção de que podem imaginar e construir um mundo perfeito. Para eles, as imperfeições humanas são fruto das imperfeições da sociedade, pelo que basta mudar a sociedade para superar essas imperfeições. Se a sociedade imaginada, se a utopia igualitária for o tipo de mundo em que acreditam que todos se sentirão felizes e onde não haverá mais injustiça, a forma de lá chegar passa a ser um detalhe. E a violência revolucionária uma necessidade – sempre em nome de um futuro perfeito, de uma sociedade «perfeita» imposta mesmo aos que ainda não compreendem as suas vantagens.

Saloth Sar, o líder revolucionário que o mundo conheceria como Pol Pot, cresceu intelectualmente numa Paris onde este tipo de idealistas perigosos e voluntariamente cegos dominavam a Universidade. Falo da década de 1950, uma época em que a «Cidade das Luzes» se rendia a figuras como Jean-Paul Sartre. O grupo de estudantes cambojanos onde se integrava Saloth Sar misturou-se no início dessa década com associações nacionalistas que só gradualmente viriam a ser associadas para os ideais comunistas, aos quais seriam iniciadas lendo as mais elementares vulgatas então disponíveis.

Como escreveu Philip Short na sua obra seminal sobre o re-

gime cambojano – Pol Pot: Anatomy of a Nightmare – «foi em Paris e não em Moscovo e em Beijing que Sar e os seus companheiros construíram o edifício ideológico sobre o qual o pesadelo dos Khmer Vermelhos viria a ser construído.» A sua forma de pensar não foi moldada pelo estalinismo então dominante do Partido Comunista Francês (PCF), nem tão-pouco pelos escritos de Mao que leram pela primeira vez em Paris: «Estaline e Mao tiveram a sua quota--parte na construção do que viria a ser o Camboja Democrático de Pol Pot, tal como tiveram os vietnamitas e os americanos. Mas a herança intelectual estrangeira que mais marcaria a revolução cambojana haveria de ser, antes de todas as outras, mais do que todas as outras, a francesa.»

Mas, para começar a responder à questão central – como se desencadeou o genocídio? –, é necessário perceber que, no grupo de estudantes do futuro líder incontestado da revolução, as múltiplas referências que iam sendo absorvidas eram entendidas à luz da sua cultura cambojana ancestral. O marxismo que estudaram, o estalinismo a cujos métodos aderiram, se por um lado eram apreciados enquanto respostas globais que satisfaziam as inquietações de jovens à procura de uma causa, ao mesmo tempo eram interiorizados de acordo com as referências da sociedade em que tinham nascido e crescido. E essas mergulham as suas raízes no Budismo: «Não se viam a eles mesmos como os líderes de uma sociedade proletária que deveria transformar os fundamentos da economia num mundo novo e industrializado, mas antes, e mais prosaicamente, como a encarnação do Bem que haveria de triunfar sobre as forças do Mal», como escreveu Philip Short.

Ora, se o seu Camboja nada tinha que ver com essa Paris onde cresceram politicamente, no que dela trouxeram encontraram elementos suficientes para a acção – e assim acabariam por tomar o poder, à cabeça daquele exército em que se misturavam quase meninos com jovens adultos que tanto haveria de impressionar Denise Affonço – e a base teórica que lhes permitiu julgarem-se capazes de criar um país radicalmente novo em poucos anos. Um país que nem sabiam muito bem como haveria de ser construído quando entraram vitoriosos em Phnom Penh no dia 17 de Abril de 1975.

A partir desse momento, o Camboja ficou às ordens do Angkar. Tudo o que nele acontecia, tudo o que nele devia acontecer, era determinado por uma entidade ao mesmo tempo concreta e abstracta, mas onnipotente e omnipresente. O Angkar era mais do que «o partido», essa entidade vaga e omnisciente a que os comunistas habitualmente se referem, «o partido» enquanto máquina de tomada e exercício do poder, tal como Lenine o imaginou e Estaline o praticou: o Angkar podia ser Pol Pot, podia ser o regime, podia ser a direcção do partido, podia ser apenas o miliciano que tomava conta dos desgraçados num campo de arroz.

Foi em nome do Angkar que Denise Affonço deixou a casa em Phnom Penh, em nome do Angkar que abandonou a cidade, em nome do Angkar que cedeu a viatura em que a família viajava, em nome do Angkar que o marido, um ingénuo que acreditava cegamente no comunismo, forneceu o seu nome completo e foi separado da família, em nome do Angkar que teve de se tornar agricultora, em nome do Angkar que não conseguiu alimentar a filha que viu morrer de fome, em nome do Angkar que assistiu a execuções sumárias, em nome do Angkar que foi humilhada e martirizada.

Era Pol Pot que dava todas as ordens? Todos os demais tinham medo e por isso nada mais fizeram do que cumprí-las, como alguns alegaram e alegam quando chega a hora de serem julgados? Ou Pol Pot e o Angkar foram antes a destilação suprema de uma ideologia geradora de ilusões assassinas combinada com a cultura e os traumas de um Camboja incapaz de digerir os muitos séculos de decadência depois da magnificência imperial que permitiu a construção dos Templos de Angkor?

É difícil responder a esta pergunta, mas a resposta deve ser procurada algures entre as características muito particulares da doutrina dos Khmer Vermelhos, o peso da história na sociedade cambojana e aquilo que está sempre presente em todos estes dramas: a crueldade humana, uma crueldade que circunstâncias como as então vividas desencadeiam, mas a que os cambojanos não seriam, por qualquer defeito genético, mais atreitos do que qualquer outro povo. A novidade é que nunca antes se conhecera um programa tão radical destinado não a destruir um povo, mas a «salvá-lo», a libertá-lo de todos os vícios associados aos demónios do passado e ao capitalismo do presente.

Na verdade, quando entraram em Phnom Penh, nem os próprios Khmer Vermelhos imaginavam que missão lhes estava destinada. Entre eles, talvez nem duzentos conhecessem o «líder máximo», o «irmão mais velho», o «primeiro irmão», enfim, o antigo estudante da Sorbonne que adoptara entretanto o nome de guerra de Pol Pot. Muito menos o conheciam aqueles que apoiavam a sua causa, alguns deles vindos das famílias mais ricas do país, outros professores nas melhores escolas, outros ainda idealistas que sonhavam apenas com a paz num país independente e livre do colonialismo. De certa forma, talvez nem Pol Pot soubesse nessa altura o que iria fazer. Alguns dias depois, na sequência de uma reunião dos dirigentes máximos realizada no Pagode de Prata de Phnom Penh — o mais sagrado dos templos budistas do Palácio Real —, tudo começou a ficar mais claro.

As cidades, que já tinham sido esvaziadas, ficariam vazias para sempre. Os «urbanos» iriam para os campos aprender com os camponeses, e dos camponeses esperava-se que aprendessem algo com os que vinham das cidades. O país fecharia todas as suas fronteiras. A nova moeda, que começara a ser impressa, não seria posta em circulação. As escolas seriam todas encerradas.

Foi também aí que os líderes comunistas decidiram romper a sua aliança nacionalista com o príncipe Sihanouk e abandonar toda a moderação para fazer o que ninguém ainda ousara: instalar, de imediato e sem qualquer transição ou cedência, o comunismo integral. O salto para a tragédia foi então crismado como um salto «extremamente maravilhoso, extremamente belo, prodigioso».

Na sua biografia de Pol Pot, Philip Short nota que só este dormiu, durante os dias desse conclave fatal, no interior do Pagode, exactamente no centro do santuário onde habitualmente se dispunham as estátuas de Buda. «A escolha de

Sar mostraria ser mais reveladora do que ele próprio terá imaginado», escreveu o historiador. «Em nenhum outro local da capital do Camboja, as memórias de um passado glorioso e a miragem de um futuro radioso se poderiam misturar de forma tão perfeita.»

Tão perfeita e tão perigosa, pois dentro em breve todo o país estaria irreconhecível, com os comunistas cambojanos a fazerem desaparecer em semanas todos os sinais quer do passado, quer do futuro, criando uma aberração onde apenas a violência, o medo e a crueldade tinham lugar, e de onde haviam desaparecido os tribunais, o dinheiro, os serviços postais, os serviços de telecomunicações, as infra-estruturas elementares, até o próprio conceito de cidade. Como recorda Short, se noutros regimes comunistas os direitos individuais foram sacrificados em nome dos direitos colectivos, no Camboja, os direitos individuais foram pura e simplesmente abolidos. «Não era apenas a vida que deixara de ter qualquer valor, os assassinatos também deixaram de ser punidos», lembra o historiador.

E tudo isto porquê?

Conhecemos o «como», e este livro é mais um extraordinário testemunho sobre como tudo se passou durante aqueles anos de pesadelo, um entre os raros que foram registados na primeira

pessoa graças à coragem de quem sobreviveu e quis contar o que viveu, dos que não querem que se esqueça ou repita o pesadelo, como sucedeu com Denise Affonço.

Ao «porquê» continua a ser mais difícil chegar, sobretudo se nos lembrarmos de como ainda são tantos o que se recusam a condenar o regime, os que não mostram arrependimento, os que procuram encontrar explicações que não são mais do que desculpas. Porque não devia haver desculpas quando a loucura de uns se torna na tragédia de todos. Porque não se devia invocar o sofrimento da Guerra da Indochina, ou a influência perniciososa do estalinismo e do maoísmo, ou as certezas inspiradas pelo racionalismo que já haviam inspirado os «purificadores» da época do Terror durante a Revolução Francesa, ou até a eventual maldade natural de um punhado de homens, tudo referências que Philip Short também percorre na sua busca de explicações. Em última análise, todos podem, como Denise, tentar sobreviver e resistir. Mesmo quando resistir significa apenas não desistir daquilo que é próprio da Humanidade. Viver num mundo determinado por um qualquer Angkar é que não é próprio de quem, homem ou mulher, só se completa agindo de forma livre e responsável.

Este livro ajuda-nos a perceber melhor aquilo que tantas vezes esquecemos. Primeiro, que somos responsáveis pelas nossas escolhas. Segundo, que os seres humanos podem ser capazes do pior e que a inumanidade não parece ter limites. Terceiro, e mais importante, que se não tivermos sempre presentes as consequências das nossas escolhas, se não as olharmos iluminados pelas consequências de tantas escolhas erradas, então também seremos responsáveis. Nunca apenas vítimas. ●

Se noutros regimes comunistas os direitos individuais foram sacrificados em nome dos direitos colectivos, no Camboja, os direitos individuais foram pura e simplesmente abolidos



No Inferno dos Khmer Vermelhos - Testemunho de uma sobrevivente

Denise Affonço

Editora Pedra da Lua, 2009